



## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROCESSO N. 3540/2023**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 13/2023**

**AUTORIA: Vereador Saulinho da Academia**

**ASSUNTO: Dispõe sobre a filiação desta Câmara Municipal de Serra/ES à Associação das Câmaras Municipais e dos Vereadores (as) do Espírito Santo – ASCAMVES, autoriza pagamento de contribuição e dá outras providencias.**

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de análise técnica acerca do Projeto de Resolução n. 13/2023 de autoria do ilustre Vereador Saulinho da Academia, que dispõe sobre: **Dispõe sobre a filiação desta Câmara Municipal de Serra/ES à Associação das Câmaras Municipais e dos Vereadores (as) do Espírito Santo – ASCAMVES, autoriza pagamento de contribuição e dá outras providencias.**

A propositura devidamente protocolizada e disseminada a presente **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**, para análise e parecer quanto a constitucionalidade e legalidade.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Nestes termos, a presente Comissão aponta a matéria abordada de interesse público, o qual passa analisar juridicamente a iniciativa da presente propositura.

Ressalta-se que ao apresentar um “projeto de resolução” passa sempre pela comprovação dos requisitos constitucionais e legais para a sua regular tramitação, sendo assim conforme as observações passa a seguir:

Com base no artigo 30, inc. I, e II, da Constituição Federal, do artigo 28, inc. I, e II da Constituição Estadual e do artigo 30, inc. I, e II, e 99, inc. XIV, da Lei Orgânica





Municipal, todos presentes que asseguram a competência da Câmara Municipal para legislar acerca dos contextos de interesse local, conforme a legislação federal e estadual.

De acordo com a **Constituição Federal**:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

- I** – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II** – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

### **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

**Art. 28.** Compete ao Município:

- I** – legislar sobre assunto de interesse local;
- II** – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

### **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SERRA**

**Art. 30.** Compete ao Município da:

- I**– legislar sobre assuntos de interesse local;
- II**– suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

**Art. 99.** Compete a Câmara, com a sanção de Prefeito:

- XIV** – legislar sobre assuntos de interesse local.

Inicialmente, cumpre destacar que a matéria do Projeto de Resolução não usurpa a competência do chefe do Poder Executivo previstas no artigo 143 da Lei Orgânica deste Município.

O Projeto de Resolução nº 13/2023 tem como objetivo principal autorizar a filiação da Câmara Municipal de Serra/ES à Associação das Câmaras Municipais e dos Vereadores do Espírito Santo (ASCAMVES). Esta filiação implica também na autorização para o pagamento de contribuições, que podem ser realizadas mensal ou anualmente, para a associação.

O valor da contribuição é determinado conforme o estabelecido em Assembleia Geral da ASCAMVES e é sujeito a ajustes, caso haja majoração, pelo Presidente da Câmara Municipal de Serra/ES. Além disso, a resolução estipula que a contribuição deve ser





utilizada exclusivamente para as atividades da ASCAMVES, conforme seu estatuto, evitando qualquer desvio de finalidade.

Em resumo, este projeto de resolução busca estabelecer uma relação formal entre a Câmara Municipal de Serra/ES e a ASCAMVES, permitindo a participação e contribuição da Câmara nas atividades e decisões da associação, e garantindo a representatividade e colaboração entre as entidades municipais do Espírito Santo.

Nesse sentido, conforme do artigo 95, XVII da Lei Orgânica do Município da Serra, estabelece que:

**Art. 95** - À Câmara Municipal, com autonomia administrativa e financeira e com as suas normas de funcionamento fixadas através de Regimento Interno, compete privativamente:

**XVII** - elaborar leis, respeitada, no que couber, a iniciativa do Prefeito;

Dessa forma, o Projeto de Resolução está na competência da Câmara Municipal para dispor sobre os assuntos de alçada interna, sem a necessidade de sanção do Executivo, administrando o seu orçamento próprio, sendo preconizada pela Lei Orgânica, como se depreende do disposto no art. 136, §1º, I e II, da Lei Orgânica:

**Art. 136** A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas no seu Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação.

**§ 1º** De acordo com o estabelecido no Regimento Interno, mediante Resoluções da Câmara, poderão ser criadas:

**I** - Comissões Parlamentares;

**II** - Comissões Especiais.

Portanto, o Projeto de Resolução nº 13/2023, demonstra-se amparado juridicamente, tratando-se de uma norma de natureza administrativa e de interesse local.

### III – CONCLUSÃO

Dessa forma pelos fundamentos já expostos, opina esta **Comissão pelo prosseguimento ao aludido Projeto de Resolução nº 13/2023** de autoria do ilustre Vereador Saulinho, **haja vista tratar-se de uma norma de interesse local e encontra-se**





**em conformidade com a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional.**

Essas são as breves elucidações que formam o presente Parecer, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, pelo qual encaminhamos.

Serra/ES 29 de novembro de 2023

**DR. WILIAM MIRANDA**  
VICE-PRESIDENTE

**WILIAN SILVAROLI**  
PRESIDENTE  
RELATOR

**SERGIO PEIXOTO**  
SECRETÁRIO

